



---

## ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020

Data: 03/04/2020 Local: Vídeo Conferência

Campo Grande – MS

### CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Eliamar José	Conselheira Titular - Rural
Erivaldo Marques	Conselheiro Titular – Residencial
Denise Simões	Secretário Executiva – Titular
Sebastião Dussel	Conselheiro Titular – Indústria
Dian Brito	Secretário executivo – Suplente
Dídimo Cabral	Vice-presidente – Poder Público

### ENERGISA / CONVIDADOS

Ricardo Vidinich	Consultor Concen - Copel
Fernanda Mathias	Jornalista – Assessoria de Imprensa Concen

---

#### Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS  
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 14h07 do dia 03 de abril 2020, por meio de vídeoconferência, em decorrência do isolamento para  
2 contenção da COVID-19, foi iniciada a 1ª Reunião Extraordinária de 2020, tendo como pauta  
3 exclusiva o processo de Reajuste Anual Tarifário (RTA), da área de concessão da EMS. A presidente,  
4 Sra. Rosimeire Costa, relata que a planilha teve alterações em relação à apresentada na reunião anterior,  
5 20/03, impacto de ações na região do Pantanal, que beneficiam a área da EMS. Pergunta se todos  
6 tiveram acesso à ata da reunião ordinária da semana passada. Ressalta que, por conta da Pandemia do  
7 COVID-19, o governo federal está tomando uma série de decisões que impactam o fornecimento da  
8 energia elétrica, como suspensão da interrupção por inadimplência, pedido feito pelo Concen e outros,  
9 “mas somente nós, acredito, por 90 dias”. Repassa aos conselheiros informações sobre acesso do  
10 CadÚnico, uma vez que o consumidor que está nesse momento mais vulnerável, aproveitando esse  
11 preâmbulo, será preciso atuar mais fortemente, mais para frente, em campanha de incentivo à  
12 realização do cadastro. Lembra que serão mais de um milhão de novas bolsas de auxílio do governo e  
13 o que se procura saber é se o fato de estar no CadÚnico vai fazer essa movimentação de inserção na  
14 Tarifa Social de Energia Elétrica, que está fazendo consulta à Aneel para propor à concessionária, com  
15 posterior anúncio para obter mídia espontânea positiva e convidar esses consumidores a fazerem  
16 inscrição via 0800, mas que a concessionária precisa estar preparada por esse aumento de fluxo.  
17 Destaca que, com as novas normas do período, o callcenter é o ponto de resolução para os  
18 atendimentos e que ontem, 02/03, foi publicado no Diário Oficial resolução que trata de pontos do  
19 decreto-destaque, que houve uma modificação, embora a concessionária siga a 414, também segue a  
20 determinação do SAC, assuntos aos quais têm acesso por meio de sua atuação no Procon Municipal.  
21 Passa a palavra para que o Sr. Ricardo Vidinich inicie os trabalhos. Ele apresenta, em tela, o resumo da  
22 parcela A, com os custos somente são repassados pelas distribuidoras, com resultado final de 6,2% de  
23 aumento, destaque MUST Itaipu, +22% e queda de 1% na CDE. O custo da energia subiu 9% e do  
24 transporte 11%. Somando a parcela A um montante de 1.831.792.302, frente R\$ 1.724.181.244. No  
25 caso da parcela B, que corresponde à operação da distribuição, a variação é de 6,9%, passando a R\$  
26 1.035.079.622 frente a R\$ R\$ 968.103.412, com média, somadas as parcelas, de 6,5%. Passa, então, a  
27 apresentação, aos efeitos financeiros, de 6,32%, destacando os Custos Variáveis da Parcela A,  
28 gerenciáveis, principalmente efeitos da variação cambial, com impacto de 5,8%; depois 3,04% estão  
29 no Risco Hidrológico, item este que produz efeito de 50% na RTA e sugere que a sustentação oral na  
30 reunião de 07/04, da Aneel, seja focada nisso, porque considera uma estimativa muito alta. Segue para  
31 a parcela B, com o IGP-M de 6,81%, totalizando na parcela, com demais componentes, 6,92%, já com  
32 aplicação do Fator X, considerando que antes da alteração do Fator X, seria 6,49%. O fator considera  
33 indicadores técnico e comerciais. Constam componentes de qualidade, o DEC, que fica estável, já o  
34 FEC melhorou, contribuindo de forma negativa para o fator X, porém, como o IASC piorou exerce  
35 peso positivo. Segue apresentação para o Custo Unitário de Energia, o mercado de energia do processo  
36 anterior para o atual praticamente não mudou, 0,1%, porém, em relação ao valor houve aumento de  
37 8,8%, de R\$ 200,03 a R\$ 217,63, resultando, em despesa, aumento de 9%. A alta é concentrada  
38 basicamente na tarifa de Itaipu, 28%, de R\$ 241,88 a R\$ 309, 27. Sobre as matrizes, destaca seis  
39 contratos de térmicas nas compras, chegando ao custo de R\$1.279,87 entre as que usam diesel. “São  
40 dramaticamente altos e representam 18,6% das compras da EMS”, observa sugerindo como mais um  
41 ponto a ser questionado na reunião e necessidade de eliminar as compras dessas energias caras. Quanto  
42 ao risco hidrológico, afirma que as reservas atuais estão melhores que em anos anteriores, com  
43 tendência de risco hidrológico menor ser significativo. E ao mesmo tempo a carga despachada é bem

44 menor dado o cenário econômico, existe queda de consumo e mais chuvas. A demanda extraída em 01  
45 de abril para apresentação aponta queda de 8%. “Esse risco poderia ser retirado da tarifa para aguardar  
46 melhores dias”, recomendou o assessor técnico. Os conselheiros Sr. Dídimio e Sr. Dussel observam que  
47 os geradores não irão assumir esse custo. Então, o Sr. Ricardo pondera que o que se defende no âmbito  
48 do Concen é a defesa do consumidor, “Os geradores não querem pagar, mas o consumidor que vai  
49 pagar essa conta sozinho? Porque o risco hidrológico é metade do valor da tarifa”. A presidente  
50 ressalta que é preciso deixar isso alinhado entre os pares porque todo o cenário de um mês para frente  
51 não será o mesmo, o que se espera para os próximos 10 dias é uma curva ascendente dos casos de  
52 COVID-19 e será preciso ver como a economia reage. “Estamos acompanhando há uma briga entre  
53 geradoras e distribuidoras a Abradee está trabalhando nisso. Penso que em 2001 fizemos apelo por  
54 economia, economizamos demais e pagamos por essa pseudo economia por colocar em risco o  
55 Sistema. Ano passado conseguimos reduzir algo do risco hidrológico porque estávamos lá, falamos  
56 com assessores e este ano não temos como pegar avião e ir lá e qual seria a proposta? Qual seria  
57 razoável prever de risco hidrológico até março do ano que vem? O Sr. Vidinich diz que no mínimo  
58 seria reduzir a 1,5%. O conselheiro Dussel alega que não haveria fundamentação, deveria ser enviado à  
59 CCE solicitação para rodar novamente o GSF no New Wave. “O que podemos propor é rodar  
60 novamente esse risco com base na realidade da carga atual”. O assessor do Concen diz que é uma boa  
61 sugestão, que existe um problema nesse item, não é possível que consumidor tenha de arcar com esse  
62 custo que é significativo no valor do reajuste tarifário e que os consumidores da EMS já pagaram um  
63 valor significativo nessa questão, no ano passado, 7%. O Sr. Dussel concorda que o consumidor não  
64 pode assumir essa conta. “Se pegar consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste (só MS), já  
65 pagamos uma Itaipu pela maxvalorização do dólar expressivo. Os outros Estados do CO, Norte e  
66 Nordeste não pagam”. A presidente questiona a sobrecontratação e o Sr. Ricardo explica que consta na  
67 parcela A, na RTA e não na Revisão Tarifária Periódica, mas que a soma é inexpressiva, de R\$ 55.424.  
68 O Sr. Dussel observa que é um ponto bem observado. “O cenário que teremos a partir de agora é de  
69 sobrecontratação, mas por outro motivo, para quem vai vender?”, questiona a presidente, defendendo  
70 como uma das justificativa para que o Concen sustente que não pode carregar o 3,04%. O Sr. Dussel  
71 concorda e Sr. Dídimio também para apresentar argumento. A presidente ressalta a importância da  
72 observação do conselheiro industrial sobre o sistema Wave, que precisa ser alterado, uma vez que o  
73 modelo prejudica o consumidor. O conselheiro Dídimio diz que se entrar nesse campo pode emperrar o  
74 processo. “Como pede para rodar de novo”, pergunta a presidente? Sr. Dussel explica que é um  
75 processo que impacta todas as distribuidoras do País porque o programa roda para o Brasil, acha fora  
76 de cogitação para efeito imediato, mas que é preciso levar a questão à luz. Sr. Ricardo diz que a ideia é  
77 levar pontos importantes para reflexão que podem até não se resolver na reunião. Acrescenta que os  
78 dados de PLD que influenciam na questão do risco, hoje estão no patamar mínimo, de R\$ 39,85. O Sr.  
79 Dídimio intervém, observando que a previsão do GSF é de aumentar pela situação atual, porque o risco  
80 hidrológico é sempre em função da falta de água e, agora, há uma novidade e será por falta de carga,  
81 situação que levará a ONS vai mandar desligar as hidrelétricas. “Será como se não tivesse água”.  
82 Ainda assim, o Sr. Ricardo afirma que é preciso questionar o modelo porque não é justo somente o  
83 consumidor pagar. “O risco hidrológico é a soma de dois fatores que é a carga e as chuvas, é um  
84 absurdo porque o empreendedor não corre risco nenhum. A gente poderia mostrar esses dois gráficos.  
85 A nossa proposta seria desconsiderar isso, observa Dussel”. A presidente, então, assevera: “Aquele  
86 percentual que mostramos na tabela SPART não é brincadeira, só será homologado, se quisermos

87 propor isso, precisamos tentar uma reunião com o diretor que é o Sandoval na segunda-feira”. Outra  
88 opção, pontua, é que, depois de homologado RTA, o Concen entre com recurso. O Sr. Ricardo retoma  
89 apresentação, lembra que, no contrato, as contas estão corretas, porque reza o IGPM, acumulado em  
90 6,81%, em 12 meses, porém existem outros contratos que foram renegociados e aceitaram o IPCA, que  
91 no mesmo período ficou em 3,37% e mesmo Selic fechou em 3,75%. A presidente observa que é  
92 possível chamar atenção da Aneel, que é responsável pela concessão, questionar porque está tratando  
93 diferentemente os iguais. Lembra que na apresentação da representante da EMS, Sra Isabela, em  
94 outubro do ano passado, ela apontou que nos últimos 20 anos não houve diferença considerável entre  
95 os índices. “Só que essa diferença faz diferença na vida hoje do consumidor”. Erivaldo observa que é  
96 possível mudar cláusulas contratuais por questões supervenientes, como é o que ocorre no momento. O  
97 Sr. Dídimo diz que este recurso cabe somente entre partes e não poder concedente como é o caso da  
98 concessionária, que não acha uma boa questionar o índice por ser uma aposta e não índices rígidos. O  
99 Sr. Dussel diz que o assunto teria que voltar a ser discutido, ou uniformiza não. Sr. Ricardo lembra que  
100 é contratual, mas a ideia é colocar uma palavra na apresentação da presidente, de forma que ela fale  
101 que os consumidores estão vendo a diferença e é brutal. A Sra. Rosimeire diz que, com base no que o  
102 Sr. Erivaldo coloca, como questões que se modificam, é possível questionar. Argumenta com o Sr.  
103 Dídimo que, embora seja concessão, trata-se de serviço essencial. Ele observa que face ao tempo  
104 exíguo de sustentação é preciso “mirar no alvo” e que o item GSF tem chances maiores. Sr. Ricardo  
105 volta à apresentação com resumo final somando todos os componentes efeito médio de 6,9% ao  
106 consumidor e passa às classes e subclasses: residencial 6,01%, industrial, em média 6,93% e rural  
107 14,41% (porque perdeu parte dos subsídios, mas ainda tem 18%, com programação para reduzia a zero  
108 em cinco anos, iniciada ano passado. Ainda assim, paga R\$ 529,24 o MWh, enquanto o residencial R\$  
109 633,94. No resumo, a tarifa leva 27,3% dos custos, encargos setoriais 10,7%, custo da energia 31,4%,  
110 custo de transmissão 6,1% e tributos 24,5%. Lembra que decisão do STF proíbe o cálculo “por dentro”  
111 com incidência do ICMS sobre valor com PIS e Cofins, questão em audiência da Aneel e que não entra  
112 na RTA, somente no momento do faturamento. “Sei que essa não é uma discussão agora, mas depois  
113 temos de perguntar se já está sendo aqui mudado o sistema”, observa a Sra. Rosimeire. O Sr. Dídimo  
114 acredita que seja uma questão difícil de ser resolvida e o Dr. Dussel concorda. Rosimeire argumenta  
115 que essa é uma questão jurídica, mas há dúvidas porque o acórdão não foi divulgado. Segue reunião  
116 para as conclusões da apresentação do Sr. Ricardo: questionar o uso do IGPM, que trata-se de questão  
117 moral e não técnica, porque é previsto em contrato; o aumento do custo de energia, por conta das  
118 térmicas ineficientes, câmbio em Itaipu; questionar o risco hidrológico e diferença de custo entre  
119 consumidor A e B. o Sr. Dídimo faz aparte sobre o custo de 27,3% na distribuição, questionando se  
120 historicamente era um pouco mais baixo, que a propaganda das distribuidoras era de 21% a 22% e  
121 pede um histórico para checar como a EMS tem se comportado. No ano passado eram 26,9%,  
122 apresenta o assessor. O que acontece, explicou Sr. Ricardo, é que muitos custos que estavam na  
123 distribuidora foram para a CDE, que a Abradee diz ser um fator que reduz parcela da distribuidora,  
124 quando, na verdade, é a situação contrária. Que na RTA esses efeitos são sentidos no Fator X, por  
125 exemplo, no caso da área de concessão está sendo remunerada a mão de obra própria, dentro do custo  
126 de operação e manutenção. “Cada ano é pago um pouco a mais como meta operacional. Então, além de  
127 investimentos e depreciação, tem ganhos operacionais. A pergunta é: a Energisa está colocando mais  
128 gente para trabalhar? Porque o custo operacional está aumentando”. O Sr. Dussel observa que,  
129 inclusive, é uma apresentação que a Energisa está devendo. O Sr. Dian pergunta se poderia por vídeo e

130 conselheiro da classe industrial pondera que seria melhor ao vivo. A Sra Rosimeire diz que  
131 reiteradamente tem questionado a Aneel sobre quem vai fiscalizar, se houve aumento da equipe de  
132 manutenção, etc. O Sr. Ricardo afirma que, a partir das sugestões, vai preparar, com a Sra. Rosimeire,  
133 a apresentação e dar apoio com o diretor- relator, Sr. Sandoval Feitosa. Sr. Dídimo pergunta se a fala  
134 será por vídeo. Ela explica que não há mais sessão presencial, que nos primeiros movimentos a Aneel  
135 informou que entraria somente para sustentação oral e a última decisão foi cada um “em seu bureau”,  
136 medida contra o COVID-19. Conta que na reunião que definiu a suspensão de cortes, 31/03, conseguiu  
137 falar, mas que o vídeo, no envio ficou cortado e que o Sr. Ricardo conseguiu falar ao vivo. O  
138 encaminhamento é tentar conversar com o diretor Sandoval na segunda-feira, por isso pede para  
139 encerrar reunião para tentar, ainda nesta sexta-feira, contato com o Sr. Marcos Bragatto e pedir  
140 intermediação. “Se não conseguir, vamos entrar com recurso administrativo porque a Resolução  
141 permite isso, mas o primeiro caminho é tentar vencer a situação de forma mais próxima, com o diretor,  
142 que é bastante aberto”. Os demais conselheiros concordam com a estratégia. Pergunta se a Sra. Eliamar  
143 compreendeu o índice maior de reajuste dado o processo de retirado de subsídio e ela diz que sim. A  
144 presidente agradece a presença de todos, diz que será definido se a participação será por vídeo, para  
145 anexar as planilhas, ou se ao vivo. O Sr. Dussel alerta Sr. Dian que mandou contribuições ao site do  
146 Concen e a presidente diz que o tema será retomado na próxima reunião ordinária. Agradece  
147 participação de todos dá por encerrada a reunião às 16h36.



Rosimeire Cecília da Costa  
Presidente do CONCEN



Denise Simões  
Secretária Executiva do CONCEN

ANEXO: RESUMO TABELA SPARTA



# Resumo

Fonte Aneel Sparta

	Descrição	DRA (R\$)	DRP (R\$)	%
Parcela A	TFSEE	4.543.261	4.894.378	8%
	CDE	285.556.160	283.629.793	-1%
	ESS e EER	55.557.553	52.209.890	-6%
	PROINFA	48.666.326	39.129.909	-20%
	P&D e EE	25.458.730	27.162.361	7%
	ONS	100.193	98.492	-2%
	<b>Total Encargos</b>	<b>419.882.223</b>	<b>407.124.823</b>	<b>-3%</b>
	Rede Básica	82.788.010	95.328.933	15%
	Rede Bás. Fronteira	33.593.767	37.886.928	13%
	Rede Bás. ONS (A2)	2.281.722	1.829.604	-20%
	MUST Itaipu	11.746.049	14.361.441	22%
	Transporte Itaipu	20.854.583	22.052.720	6%
	Conexão	52.290.811	54.047.125	3%
	Uso Distribuição	7.074.356	7.507.283	6%
	<b>Total Transporte</b>	<b>210.629.298</b>	<b>233.014.035</b>	<b>11%</b>
	<b>Total Energia</b>	<b>1.093.669.723</b>	<b>1.191.653.445</b>	<b>9%</b>
	<b>PARCELA A</b>	<b>1.724.181.244</b>	<b>1.831.792.302</b>	<b>6,2%</b>
	<b>PARCELA B</b>	<b>968.103.412</b>	<b>1.035.079.622</b>	<b>6,9%</b>
	<b>Total</b>	<b>2.692.284.657</b>	<b>2.866.871.923</b>	<b>6,5%</b>

## Térmicas Caras

Fonte Aneel e CCEE

Leilao	Data	Potência (MW)		Preço (R\$/MWh)		
		Óleo Comb.	Diesel	Fixo	Variável *	total
01ºLEN	16/12/2005	-	525	139,40	1.140,47	1.279,87
02ºLEN	29/06/2006	432	355	133,02	1.140,47	1.273,49
03ºLEN	10/10/2006	32	174	135,35	1.140,47	1.275,82
04ºLEN	26/07/2007	1.516	-	125,15	620,53	745,68
05ºLEN	16/10/2007	350	-	107,36	620,53	727,90
07ºLEN	30/09/2008	377	-	127,90	620,53	748,43
<b>Total</b>		<b>2.707</b>	<b>1.055</b>			

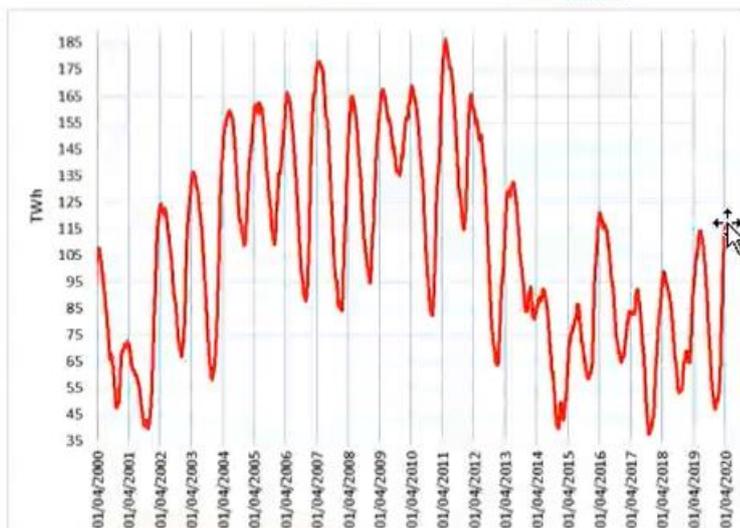
Estes contratos representaram 18,6% das compras da EMS

Valor Médio da Energia - Reajuste Tarifário EMS – R\$ 215

## Risco Hidrológico

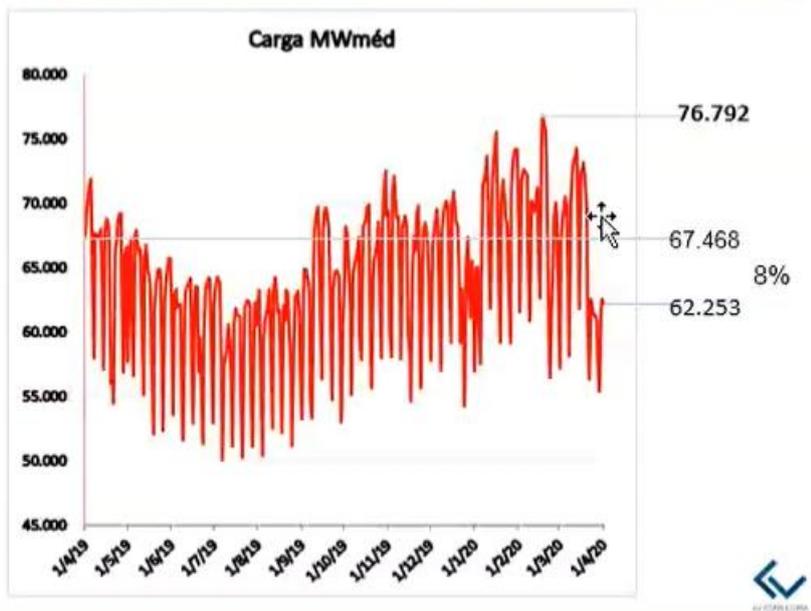
Fonte ONS

Energia Armazena no SIN TWh



## Risco Hidrológico

Fonte ONS



## Reajuste

Fonte Aneel PCAT

SUBGRUPO		RA0	RA1	VARIAÇÃO
A2	88 kV a 138 kV	86.419.033	94.067.897	8,85%
A3	69 kV	6.439.211	6.955.406	8,02%
A3a	30 kV a 44 kV	124.857.695	133.337.662	6,79%
A4	2,3 kV a 25 kV	486.572.771	518.700.057	6,60%
<b>B1</b>	Residencial	1.160.605.382	1.230.386.383	6,01%
B2	Rural	195.859.949	224.089.748	14,41%
B3	Demais	522.667.177	554.765.747	6,14%
B4	IP	72.452.455	76.830.966	6,04%
A		704.288.709	753.061.022	6,93%
B		1.951.584.964	2.086.072.844	6,89%
<b>A+B</b>		<b>2.655.873.673</b>	<b>2.839.133.866</b>	<b>6,90%</b>

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS  
 Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br




# Reajuste

Fonte Aneel Sparta

